



## Institucional



Aula Magna do Presidente

Departamento de Apoio aos Órgãos Colegiados  
Não-Jurisdicionais - DEACO

DGCOI - Tomada de Contas

DGDIN - 5º e 12º NUR apostam na qualidade

Departamento de Saúde promove palestra  
sobre a dengue

O Setor Administrativo do Departamento de  
Saúde

DGSEI divulga resultados da 2ª pesquisa de  
satisfação do DESEP

DGSEI realiza módulo básico de direção  
defensiva e evasiva

DGTEC implementa nova versão do Sistema de  
Controle de Acesso aos Sistemas Corporativos

## PERFIL



Em entrevista, o Des.  
Semy Glanz discorre  
sobre experiências de  
sua vida



SÚMULAS DO TJERJ  
Súmula nº 140

Encontro da Administração  
do Tribunal de Justiça com  
juízes e servidores do 9º  
NUR



TJERJ e HEMORIO unidos  
na luta contra a dengue



## Cultural

ESAJ e Museu da Justiça  
promovem *tour* histórico  
ao Centro do Rio de  
Janeiro



Chafariz de Mestre  
Valentim

A Biblioteca Nacional

*Comes e Bebes* - Coluna de Ivan Lindenberg Júnior

*História das Comarcas*: Cantagalo, do ouro  
ao calcário

*História & Direito*: Palestra da Ministra Nilcéa Freire

*Magistratura em Prosa e Verso*: Dr. Sílvio Romero

*Memória e Justiça*: Antigo Prédio da CONAB - Sede  
do Centro Administrativo do TJERJ

## COLUNA PERFIL: DESEMBARGADOR SEMY GLANZ



A história do entrevistado deste mês é uma lição aos que perdem tempo lamentando as dificuldades impostas pela vida.

O Desembargador Semy Glanz venceu os obstáculos de uma infância pobre com o exemplo dado por seus pais, amantes da literatura, e com muito estudo em bibliotecas públicas.

Atualmente ostenta um belo currículo que comprova o seu sucesso pessoal e que serve de inspiração àqueles que não sucumbem às intempéries do caminho rumo aos seus objetivos.

### **Como foi a infância de V. Exa.?**

Eu venho de uma família muito pobre, meus pais eram imigrantes austríacos. Quando eu ainda era rapaz, meu pai quebrou o braço e teve milhões de dificuldades para trabalhar, então, foi uma miséria danada. Comecei a trabalhar ainda muito jovem, com quinze anos, para me manter e ajudar em casa, fui arrimo de família durante muito tempo.

### **Sendo criado em meio a tantas dificuldades, como se tornou um homem tão culto?**

Os meus pais eram muito estudiosos, apesar de pobres. Meu pai falava oito línguas e a minha mãe, seis. Minhas primeiras letras em francês, aprendi em casa. Ambos tinham boa cultura.

Minha mãe conhecia literatura internacional, sabia textos inteiros de poemas em alemão, polonês, russo e francês e acabou me influenciando. Li obras literárias em várias línguas. Recebi esse incentivo e segui em frente.

### **E quanto aos seus estudos de Direito?**

Não tinha dinheiro para comprar livros, por isso freqüentava bibliotecas, em que os tomava

emprestados para estudar. No ginásio, ia à Castro Alves e ao Instituto Nacional do Livro. Mais tarde, ao Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e, especialmente, Ministério da Justiça, que tinha uma biblioteca fabulosa. Na época, o Rio de Janeiro era o Distrito Federal, hoje o acervo está todo em Brasília.

A biblioteca do Ministério da Justiça tinha uma coleção notável de obras em alemão. Vários professores citavam autores estrangeiros. Essa biblioteca me ajudou muito a fazer o curso.

### **Como se iniciou sua vida profissional?**

Fui auxiliar de escritório, depois prestei concurso para o Banco do Brasil, onde fui colega do Humberto Manes. Após formado, trabalhava de sete da manhã a uma da tarde, quando, então, saía para advogar. Inicialmente, trabalhei no mesmo escritório de Arnaldo Wald, um nome reconhecido nacionalmente. Depois, me tornei sócio de um colega de turma. Fiz uma série de concursos, entre os quais, para promotor do antigo Estado do Rio de Janeiro; advogado do BNDE, em que obtive o primeiro lugar; para o Ministério Público do antigo Estado da Guanabara e para juiz.

### **Que trabalhos V. Exa. Publicou?**

*Travaux de l'Association Henri Capitant – Le Logement et Le Propriétaire; Código Civil Interpretado* (4 volumes) Suplementos de VIII a XI – ed. Freitas Bastos; *A Família Mutante – Sociologia e Direito Comparado* – ed. Renovar; estudos incluídos no *Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro* (volumes 46 e 48) e artigos diversos na *Revista de Tribunais*, *Revista Forense*, *Revista do TJRJ*, *Revista da EMERJ*, *Jornal do Commercio* e *Revista de Informação Legislativa*.

### **V. Exa. escreve em francês?**

Sim. Inclusive fui contratado, ano passado, por uma editora francesa. Atualmente, pesquiso Direito Comparado para uma obra que estou escrevendo em francês. Interesse-me muito pela leitura e mantenho um intercâmbio com colegas de outros Estados brasileiros e do exterior. Trocamos livros, eu envio os meus e eles me mandam os deles.

### **O que o motiva a exercer a Presidência da Comissão da Biblioteca do TJERJ?**

A cada Presidente eleito que me convida a continuar à frente da Comissão eu respondo que sim. Faço com todo prazer, não me custa nada. O meu ganho é ter a satisfação de ver a

biblioteca melhorar cada vez mais. Freqüento a Biblioteca do TJERJ desde antes de entrar para o Tribunal. Quando advogado, eu já a visitava e, a partir da minha posse, passei a utilizá-la ainda mais. Lá, há obras estrangeiras que não se encontram nem que se queira comprar. Volta e meia eu vejo Desembargadores estudando ali.

### **Conte um pouco sobre sua família.**

Conheci minha esposa Raquel no Colégio Pedro II, ela é professora de línguas neolatinas, formada pela Faculdade Nacional de Filosofia. Somos casados desde 1960 e temos duas filhas: Bela, que trabalha na Revista de Direito, e Aída, que é procuradora do Ministério Público do Trabalho.

Quando nossas filhas já eram adultas minha mulher se formou em Direito, porque queria me ajudar com os processos que eu levava para casa. Nós nos casamos porque tínhamos muita afinidade e os mesmos interesses e permanecemos juntos até hoje porque nos entendemos bem. A esposa possui uma inteligência prática, além de estudiosa, sabe quando é o melhor momento de expor suas idéias, evitando discutir comigo. Tenho a sorte de ter uma família equilibrada.

### **Que aspectos positivos e negativos V. Exa. destaca em nosso Tribunal?**

O lado positivo do Tribunal de Justiça é a qualidade dos magistrados, que são muito competentes e trabalhadores, fazendo com que esta Corte seja reverenciada em todo o país e no exterior. Nossos desembargadores, gente de primeira ordem, têm lavrado acórdãos muito bons, que acabam por formar jurisprudência respeitada, porque são bem fundamentados demonstrando que o magistrado estudou o processo, citando autores e doutrina.

O lado negativo do Tribunal de Justiça é a quantidade de processos que não aumenta na mesma proporção do número de juízes e desembargadores. Há muita coisa que não depende do Poder Judiciário, mas do Executivo e do Legislativo. Os códigos, por exemplo, são muito confusos, temos leis até demais, mas não nos cabe mudar isso. Para funcionarmos melhor, é necessário, sobretudo, dinheiro. Porém, somos um país pobre, queiramos ou não, basta comparar o nosso orçamento com o da França.

### **Como V. Exa. lidou com o excesso de processos?**

Na véspera da audiência, levava os processos para casa para estudar e tomar notas. Durante a audiência, registrava tudo; assim, quando acabava, estava com o processo todo na

cabeça e, então, dava a sentença.

Sempre procurei não ultrapassar os prazos. Para tanto, fiquei muitas noites, até de madrugada, trabalhando. Sábados e domingos, a minha mulher saía com as crianças enquanto eu ficava em casa com as pilhas de processos. Dava um trabalho danado, evidentemente, mas assim conseguia cumprir os prazos.

### **Curriculum vitae do Des. Semy Glanz**

Bacharel em Ciências e Letras Colégio Pedro II Externato - 1951

Bacharel em Direito Faculdade Nacional de Direito UFDRJ - 1956

Curso de Doutorado Faculdade Nacional de Direito UFDRJ - 1958

Curso de Mestrado em Direito de Empresa UGF - 1980

Advogado no Rio de Janeiro - 1957 a 1967

Aprovação para Promotor MP do antigo Estado do Rio de Janeiro - 1964

Aprovação para advogado do BNDE (DASP 1º lugar) - 1965

Advogado do BNDE (atual BNDES) - 1966 e 1967

Aprovação para Promotor - MP do antigo Estado da Guanabara - 1967

Aprovação no concurso para juiz no antigo Estado da Guanabara - 1967

Juiz de 1º grau - 1967 a 1984

Promoção por merecimento a Juiz do Tribunal de Alçada Cível - 1984

Desembargador convocado pelo TJRJ - 1987 a 1993

Promoção por merecimento a Desembargador - 1993

Terceiro Vice-Presidente do TJRJ - 1999 a 2001

Professor Titular de Direito Civil da UGF - 1968 a 1990

Professor de Direito Civil da UERJ, por concurso (1º lugar) - 1990 a 1996

Presidente da Comissão da Biblioteca do TJRJ - desde 1997

Diretor da Revista de Direito do TJRJ - desde 2000

[Retorna à página inicial](#)

## **AULA MAGNA DO PRESIDENTE MURTA RIBEIRO**

No dia 3 de abril, o Chefe do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Des. José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, ministrou Aula Magna na Universidade Veiga de Almeida (UVA). Os presentes, em sua maioria alunos do curso de Direito, puderam conhecer com propriedade o Tribunal de Justiça, local em que muitos, provavelmente, irão atuar.

O Presidente aproveitou a oportunidade para expor a produtividade dos magistrados e a necessidade de fortalecer e modernizar a gestão mediante o desenvolvimento e a aplicação de práticas gerenciais que permitam a melhoria do desenvolvimento organizacional.

Os principais projetos para o biênio da gestão do Desembargador Murta Ribeiro também foram apresentados, com destaque para a manutenção e a expansão do processo de certificação ISO 9001:2000; a valorização de magistrados e servidores; e o fomento às relações institucionais e parcerias externas, em que o Presidente enquadrou o convênio com a UVA para a instalação de um Juizado Especial Cível nas dependências da universidade, o que facilitará o estudo e a prática forense, fato que alegrou a todos.

Na ocasião, o Desembargador Manoel Carpena Amorim foi nomeado Coordenador Geral de Ensino Jurídico da UVA.



Assinatura do convênio TJERJ e UVA

[Retorna à página inicial](#)

## ENCONTRO DA ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA COM JUÍZES E SERVIDORES DO 9º NUR

No dia 6 de maio, a Administração do Tribunal de Justiça se reuniu, em Nova Friburgo, com juízes, escrivães e responsáveis pelo expediente do 9º Núcleo Regional (NUR).

O Presidente do TJ, Des. José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, exaltou a necessidade do trabalho em equipe e ilustrou sua fala com um vídeo que mostrou a sinergia de um grupo de trabalhadores de uma



Ao centro, o Corregedor-Geral da Justiça, Des. Luiz Zveiter, e o Presidente do TJERJ, Des. Murta Ribeiro

grande escola de samba do Rio de Janeiro em prol de um objetivo comum e demonstrou a importância da divisão de responsabilidades, da análise das dificuldades, do conhecimento de causa e da boa vontade no ambiente de trabalho.

Segundo o Des. Murta Ribeiro, "o maior capital de uma pessoa é a sua competência. Fortuna, poder e projeção são passageiros, mas conhecimento e competência são definitivos".

O Corregedor-Geral, Des. Luiz Zveiter, discorreu acerca de dois aspectos fundamentais dentro das serventias: a



atividade do magistrado, que é a produção do resultado final das contendas; e a atividade do escrivão, que é o gestor do cartório.

O Des. Luiz Zveiter defendeu a necessidade da autovalorização como estímulo para que os gestores possam desenvolver suas atividades e solicitou que fossem apresentadas sugestões com a finalidade de implementação de melhorias.

Após a reunião, a Administração do TJ visitou os fóruns de Cantagalo, Bom Jardim e Nova Friburgo e compareceu à solenidade de entrega da placa de agradecimento ao prefeito de Cachoeiras de Macacu pela cessão do terreno onde será construído o novo fórum da cidade.

## DEACO INVESTE NA EXPANSÃO DE SUAS ATIVIDADES



O Departamento de Apoio aos Órgãos Colegiados Não-Jurispcionais (DEACO) do Gabinete da Presidência tem como atribuição maior a coordenação do ciclo de vida das Comissões, Comitês e Conselhos constituídos no âmbito do Poder Judiciário.

O DEACO foi criado pela Resolução nº 15, em 2003, que também denominou 11 Órgãos Colegiados Não-Jurispcionais responsáveis por assuntos específicos e de relevantes interesses para o PJERJ.

Inicialmente, o Departamento foi instalado na Assessoria de Apoio do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, entretanto, com o aumento do número de Órgãos Colegiados Não-Jurispcionais, as atividades exigiram um espaço próprio.

Atualmente, o Departamento está localizado no nono andar da Lâmina I, sala 912, e conta com instalações espaçosas, com pessoal capacitado e com todos os equipamentos necessários para prestar apoio técnico e administrativo de qualidade. A equipe detém experiência em assessoramento e tem envergadura para atender às 49 Comissões, Comitês e Conselhos existentes atualmente nesta Corte.

A diretora do DEACO, Eliana Peixoto Garcez, explica que muitos Presidentes de Comissões ainda desconhecem o fato de que podem contar com o assessoramento do Departamento na execução de suas atividades. Como exemplo de colaboração, Eliana cita o apoio logístico às reuniões mediante a disponibilização de sala e pessoal para secretariar as tarefas, compilação de textos anteriores e posteriores aos trabalhos, a elaboração e distribuição de atas e pesquisa de conteúdo legislativo.

A cada biênio, o novo Presidente eleito que assume a chefia do Poder Judiciário pode contar com o registro do histórico das Comissões constituídas, guardado em memória pelo DEACO para ciência e alterações que se fizerem necessárias.

O Departamento realiza um trabalho criterioso no assessoramento à Presidência, especialmente no tocante à atualização de membros dos Órgãos Colegiados Não-Jurispcionais, prazos dos mandatos e estruturação dos atos que são submetidos ao Presidente.

O DEACO é responsável pela atualização do Código de Organização e Divisão Judiciária CODJERJ, com as devidas anotações e remissões necessárias. Além disso, é o Departamento que disponibiliza na intranet a síntese das



[Eliana Peixoto Garcez, Diretora do DEACO, e sua equipe](#)



deliberações dos Órgãos Colegiados Não-Jurisdicionais constituídos e a movimentação de seus integrantes, e também elabora os atos das Comissões, com exceção daquelas cujos membros são eleitos pelo Órgão Especial.

Muito embora detenha diversas atribuições, o DEACO espera abrir novas frentes de trabalho, assessorando o maior número possível de Comissões.



Sala de reunião do DEACO

### Estrutura do DEACO



Clique abaixo para visualizar as seguintes RADs do DEACO:

[RAD 011](#)

[RAD 012](#)

[Retorna à página inicial](#)

## *História das Comarcas*

### **DO OURO AO CALCÁRIO**



O Fórum da Comarca de Cantagalo, em estilo colonial, forma, com outros prédios, harmonioso conjunto arquitetônico que compõe a Praça João XXIII, a mais importante da cidade.

Uma das primeiras referências oficiais à região na qual surgiria posteriormente o arraial de Cantagalo, data de 1767, quando as autoridades coloniais ordenam ao Sargento-mor Manoel Vieira Leão, a confecção de uma carta geográfica.

A região se mantivera fechada aos europeus por quase todo o século XVIII por força de cartas régias, as quais, objetivando coibir o contrabando aurífero de Minas Gerais, interditavam a abertura de novas estradas e estabeleciam áreas proibidas à ocupação.

Em torno de 1780, no entanto, um garimpeiro de nome Manoel Henriques, por alcunha Mão de Luva, provavelmente natural de Minas Gerais, atravessa o Rio Paraíba do Sul, invadindo o território interdito com objetivo de garimpar ouro de aluvião sem recolher a quinta parte, por lei exigida pela coroa.

A imaginação desabrida de alguns autores atribuiria a este contrabandista, a identidade de um hipotético e fantasioso Duque de Santo Tirso, nobre português enamorado da futura rainha Maria I, que desterrado por Pombal em terras brasileiras, vingava-se desta forma das autoridades coloniais. Quanto à luva, sua origem estaria vinculada a um ato de amor: visitado secretamente na prisão por sua eleita, antes de consumado o desterro, o infeliz amante protegeria desta forma a mão que fora por ela beijada uma derradeira vez.

Distante, porém, da condição de protagonista de uma lenda de amor irrealizado, seria Mão de Luva o incontestável líder de um grupo, que, à revelia das leis coloniais, explorava ouro nos córregos adjacentes ao acampamento situado, à época, no que seria o centro da Cantagalo de hoje. Irrequieto e algo desordeiro, existem referências a ter ele perdido ou mutilado uma das mãos em alguma refrega, protegendo, desde então, o coto, com uma luva de couro.

Em 1784, organiza-se a primeira expedição contra Mão de Luva e seu bando, comandada pelo Sargento-mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho. Tiradentes, como alferes, fazia parte do destacamento, incumbido da realização de levantamentos topográficos. Uma segunda expedição, em 1786, lograria finalmente capturar o contrabandista.

Quanto ao sargento-mor, deve-se a ele a primeira referência documental ao sítio conquistado como "Córrego do Canta Gallo do Descoberto do Macacu", não explicitando o motivo

de tal nome. O mineralogista inglês John Mawe, que em 1809 visitaria a região, teria colhido dos habitantes a versão de que as tropas invasoras, desorientadas por infrutíferas buscas, tinham por fim, ouvido o canto de um galo, o que os levou à paliçada defendida pelos contraventores.

Uma vez devassado clandestinamente o território, a coroa decidiria por autorizar o seu povoamento, esperançosa de que o novo descoberto viesse a compensar a decadência observada nas jazidas mineiras. O Vice-rei D. Luiz de Vasconcellos e Souza ordenou, dessa forma, ao Superintendente Geral do Ouro da Capitania do Rio de Janeiro, Desembargador Manoel Pinto da Cunha e Souza, que se dirigisse ao local, erguesse uma sede administrativa do novo garimpo, promovendo em seguida a distribuição de datas auríferas aos interessados em explorá-las, os quais, para tal, deveriam possuir doze escravos ou mais.

Pouco depois da abertura oficial do novo território, algumas poucas famílias, originárias principalmente de Minas Gerais, dos Açores e de Santo Antônio de Sá, dariam início à ocupação permanente da região, abrindo clareiras nas matas e reivindicando a posse de largas faixas de terras à volta, às quais, uma vez concedidas pelo governo provincial ou pela coroa, dava-se o nome de "sesmarias".

Em 1814, cessada a febre do ouro, mas tendo início o incremento do café, o "arraial e distrito das Novas Minas de Cantagallo" assume importância crescente, sendo elevado, através de alvará do príncipe regente D. João, datado de nove de março, à condição de vila, sob o nome de "São Pedro de Cantagallo", emancipando-se, pois, de Santo Antônio de Sá.

Em 1818 o município de Cantagalo sofreria seu primeiro desmembramento, uma vez que D. João VI aparta-lhe uma vasta região junto à serra da Boa Vista, para a instalação, no ano seguinte, de uma colônia suíça.

De qualquer maneira, Cantagalo, nesse período, abrange ainda um território que daria origem a uma dezena de outros municípios. Logo atrairá muitas das famílias suíças originalmente destinadas a Nova Friburgo, as quais abandonam os píncaros da serra em favor de terras mais quentes.

O plantio do café, ao longo de pelo menos sete décadas do século XIX, reinaria incontestemente em Cantagalo, chegando o município, por momentos, a suplantar a produção de todos os outros pólos da província fluminense.

Esta acumulação de capital levaria ao surgimento de uma aristocracia agrária, cujo perfil conservador, arraigado à monocultura e ao escravismo, acabaria por levá-la ao colapso antes do final do século. Não obstante, indivíduos como Antônio Clemente Pinto, imigrante português que enriquecera através do café e do tráfico, e tornaria comendador e, posteriormente, o 1º. Barão de Nova Friburgo, representava, em meados do século XIX, uma das maiores fortunas de todo o país, proprietário de duas dezenas de fazendas e palácios como os do Catete, no Rio, e do Gavião, em Cantagalo. Cerca de 19 cantagalenses ou moradores de Cantagalo, via de regra, ligados à produção e comércio do café, seriam agraciados com títulos nobiliárquicos, até o advento da república.

A partir da crise das lavouras cafeeiras, passaria o município por um longo período de decadência e estagnação. O gado, em regime extensivo, substituiria o café no solo enfraquecido por quase um século de plantio e a população chegaria a diminuir. Somente nas últimas décadas do século XX, o calcário, já assinalado por John Mawe em 1809, entraria em cena, arrojando Cantagalo em novo ciclo de ascensão econômica. Hoje o município, dono do terceiro parque cimenteiro do país, volta a figurar como aquele que detém a maior arrecadação *per capita* de todo o seu antigo território.

Fontes:

ABREU, Antônio Izaias da Costa. *Palácios e Fóruns do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (História e Iconografia)*. Rio de Janeiro: 2005.

<http://www.cantagalo.rj.gov.br/historicomum.htm>

[www.overmundo.com.br](http://www.overmundo.com.br)

Retorna à página inicial

### **MUSEU DA JUSTIÇA PROMOVE A EXPOSIÇÃO "O PRÍNCIPE D. JOÃO E A JUSTIÇA NO BRASIL"**

O Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, dando seqüência à série de eventos comemorativos pelos duzentos anos da chegada de D. João e da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, promove a exposição "O Príncipe D. João e a Justiça no Brasil", que será inaugurada no próximo dia 28 de maio, quarta-feira, às 17 horas, no Salão dos Espelhos do Museu, situado na Rua Dom Manuel, nº 29, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro.

A exposição traça um quadro das grandes transformações introduzidas pelo príncipe regente D. João na organização judiciária do Brasil, com a criação de novos tribunais, juízos singulares e cargos, à semelhança dos existentes em Portugal no tocante à nomenclatura, atribuições e esfera de competência, mas adaptados às peculiaridades da colônia, que, em 1815, seria elevada à categoria de reino.

O mais importante desses tribunais - a Casa da Suplicação do Brasil, origem do Supremo Tribunal de Justiça, no Império, e do Supremo Tribunal Federal, na República - representou o início de uma Justiça nacional, pois, daí em diante, todos os agravos ordinários e apelações que antes se interpunham para a Casa da Suplicação de Lisboa, passaram a ser interpostos para a do Brasil, para serem decididos em última instância.

Além de realizar essas transformações na organização judiciária, D. João tomou relevantes medidas de caráter administrativo, econômico e cultural, destacando-se, entre as diversas instituições criadas, a Biblioteca Real, o Horto Real, a Imprensa Régia, a Casa da Moeda, o Banco do Brasil e a Intendência Geral da Polícia. De um dia para o outro, a pequena cidade do Rio de Janeiro, com apenas 60 mil habitantes, recebeu 15 mil novos moradores, transformando-se no centro político e econômico do império português.

**COMES E BEBES****Coluna dedicada aos amantes do vinho e da boa mesa****Vinho, quanto mais velho, melhor! Será?**

Essa é uma máxima do mundo do vinho que funciona na maioria dos casos, mas tem suas exceções e pode levar as pessoas desavisadas ao erro.



Ivan Lindenberg

Como já mencionei anteriormente, no processo de fermentação do vinho ocorre a transformação de açúcar em álcool. Mesmo após a estabilização do álcool no processo, outros fatores influenciam nos sabores e nos aromas do vinho. Isso mesmo! Podem existir vários sabores e aromas, mas isso é assunto para uma outra coluna.

Quando se diz que um vinho está envelhecendo, basicamente se está falando de um processo de oxidação. Por mais incrível que pareça, o oxigênio tão imprescindível às nossas vidas também é o maior responsável pelo envelhecimento das coisas.

O vinho começa a envelhecer (oxidar) a partir do momento em que fica pronto. Isso não significa que está ruim. Pelo contrário, alguns vinhos melhoram substancialmente com o passar do tempo, mas esse tempo tem um limite.

De onde vem, então, a máxima de que o vinho, quanto mais velho, melhor?

Antigamente o processo de fabricação de vinhos era todo artesanal, sem a tecnologia à disposição hoje. Na hora de prensar a uva para fermentar, eram colocados os cachos inteiros com engaços, galhos, caroços, etc. Isto gerava um vinho muito difícil de se beber, com muito tanino. Com o tempo, os produtores descobriram que deixando o vinho descansar por longos períodos, em barricas ou nas garrafas, ele melhorava.

E por que isso acontece? Porque as barricas são de madeira, que é porosa, e, nas garrafas, as rolhas são de cortiça, que também é porosa, portanto deixam o oxigênio passar em pequenas quantidades e, lentamente, oxidar o vinho.

Pode-se dizer que o vinho tem vida. Ele nasce, cresce, envelhece e morre.

Logo após a sua fabricação, o vinho só tem, praticamente, as características das uvas do qual é feito, mas, com o passar do tempo, outras vão sendo incorporadas pela oxidação e ele adquire uma complexidade de aromas e sabores que é muito apreciada pelos entendidos.

Contudo, isso não vale para todos os vinhos, pois existem algumas exceções.

A fabricação e o consumo de vinhos evoluíram muito. Com as técnicas antigas, que demandavam muito tempo de espera para que um vinho ficasse no ponto de ser bebido, não seria possível produzir as quantidades consumidas hoje em todo o mundo. Atualmente existem equipamentos que separam os engaços dos bagos e facilitam o processo, fazendo com que se consiga um vinho pronto para beber num tempo muito menor. O consumidor médio não quer esperar muito e o fabricante não pode guardar o vinho por muito tempo, senão tem prejuízo. Assim, o mercado ficou dividido em vinhos para consumo imediato e vinhos chamados "de

guarda”.

Os vinhos para consumo imediato, já saem das fábricas praticamente prontos para beber. Usam técnicas modernas para obter grande produtividade. Por isso, podem ter preços mais baixos, mas tem uma vida curta. Os brancos chegam ao seu ápice com cerca de 3 anos, na maioria dos casos, e os tintos, com mais ou menos 5 anos. Isso vale para maioria dos vinhos encontrados nos mercados. Já os vinhos “de guarda” são aqueles que, se conservados em condições corretas, podem ser tomados com mais de 10 anos, no caso dos brancos, e com 20, 30 anos ou mais, no caso dos tintos. Lembro-me de ter degustado, uma vez, um vinho com 50 anos de idade que estava perfeito!

Esse é, com certeza, um dos fatores que pesa no preço de um vinho.

Mas não é só a demanda que influencia na máxima do envelhecimento. Alguns vinhos simplesmente pelo seu método tradicional de fabricação fogem completamente a essa regra.

Um deles é o vinho verde português (branco ou tinto), conhecido da maioria das pessoas e produzido com uma técnica própria. A melhor característica deste vinho é o frescor, portanto deve ser consumido preferencialmente em 2 anos. Ao comprar um vinho verde com mais de 2 anos, há um risco grande de não se conseguir bebê-lo.

Outro vinho, exemplo de vida curta, é um francês também conhecido por aqui. É o *Beaujolais Nouveau*, um vinho muito simples, fabricado da mesma forma desde o século XIX, mas também muito badalado. Ele tem um método de produção diferenciado e é barato na França, por isso caiu no gosto dos universitários de lá, que o consomem no final de ano para comemorar o encerramento do semestre. Isso levou os produtores a uma estratégia de *marketing* divulgando-o como um vinho festivo. A propaganda foi um sucesso, se espalhou por todos os continentes e, hoje, o *Beaujolais Nouveau* é o único vinho no mundo que tem um lançamento com data marcada num mesmo dia em qualquer lugar do planeta, sempre no mês de novembro. O detalhe é que ele deve ser consumido entre 6 meses e 18 meses no máximo, porque depois está praticamente morto.

Lembro de um caso curioso que aconteceu comigo. Um amigo que não tinha conhecimento de vinhos, mas querendo me agradar, presenteou-me com uma garrafa de *Beaujolais Nouveau* de umas 3 safras anteriores. Particularmente, não vejo nada de especial neste vinho, ainda mais neste caso. Fui educado, agradei muito e quando ele saiu, abri a garrafa e joguei tudo na pia. *Beaujolais Nouveau* com 3 anos já era! Sem condições de beber!

Coisas que acontecem!

Portanto, nem sempre, o vinho, quanto mais velho, melhor.

Envie ao colega Ivan Lindenberg sua dúvida sobre vinhos por e-mail: [revistainteracao@tj.rj.gov.br](mailto:revistainteracao@tj.rj.gov.br). As orientações versarão tão somente sobre as características do vinho, não serão indicadas marcas.

[Retorna à página inicial](#)

## DIRETORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO

### Tomada de Contas – O que é?

A Diretoria Geral de Controle Interno (DGCOI), no cumprimento de sua missão constitucional como Órgão Central de Controle Interno, no âmbito do Poder Judiciário Fluminense, tem atuado continuamente em apoio às ações e atividades de Controle Externo desenvolvidas, no nosso caso, pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Cabe à DGCOI, entre outras funções, a de auxiliar à Administração Superior na fiscalização, enfatizando, entre outros aspectos, a legalidade dos atos praticados. É o caso da auditoria de conformidade realizada pelo Departamento de Auditoria de Conformidade (DEAUC), que, através do Serviço de Tomada de Contas (SETCO), instaura a Tomada de Contas a partir de sindicância realizada e encaminhada pela Diretoria Geral de Segurança Institucional (DGSEI).

Mas o que seria Tomada de Contas? Tecnicamente, Tomada de Contas é uma ação desempenhada pelo órgão competente para apurar a responsabilidade de pessoas físicas, órgãos ou entidades que deixarem de prestar contas, assim como das que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de

que resulte, ou possa resultar, dano ao erário público, devidamente quantificado. Ressaltamos a importância de se comunicar a perda do bem assim que verificado o fato, para que a unidade responsável pela sindicância, a DGSEI, a promova de imediato.

Concluído o processo administrativo da sindicância, este é encaminhado ao DEAUC com o parecer conclusivo e toda a documentação necessária, relativa ao bem,



Soraia Sousa, Diretora do Departamento de Auditoria de Conformidade; Eurídice dos Santos, Chefe do Serviço de Tomada de Contas; e a Servidora Roberta Brito.

emitida pelo Departamento de Patrimônio e Material (DEPAM), para que seja instaurada a devida Tomada de Contas. Uma vez instaurada, é realizada a análise da conformidade do material com os atos normativos e a legislação em vigor,

e, ato contínuo, encaminha-se o processo ao responsável para que se pronuncie sobre as medidas adotadas à época do ocorrido.

Após a devolução dos autos do processo com o pronunciamento do sindicado, é emitido o Certificado de Auditoria, que será encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça para posterior remessa à Egrégia Corte de Contas (TCE) para julgamento.

Salientamos que o Serviço de Tomada de Contas, em sua análise da conformidade, averigua se a documentação exigida pelo

Tribunal de Contas está presente nos autos, verificando a observância do que preceitua a Del. TCE RJ nº 198/98.

Face à natureza do procedimento de Tomada de Contas, urge a necessidade de alertar a todos os responsáveis pelas Serventias, Departamentos e Divisões deste

Tribunal para que mantenham atualizados os inventários e devidamente armazenados todos os bens e materiais que têm sob sua guarda, bem como conheçam o Ato Normativo nº 16/2006, as RADs DGCOI-005, DGSEI-016, a Del. TCE-RJ nº 198 e o art. 126 da Consolidação Normativa da Corregedoria.

[Retorna à página inicial](#)

### **OUVIDORIA DISPONILIZA ESTATÍSTICA DE MARÇO/2008**

A Ouvidoria-Geral do Poder Judiciário do Estado Rio de Janeiro disponibilizou, no site do TJERJ, o número de atendimentos realizados no mês de março de 2008.

Os gráficos mostram o total de manifestações solucionadas pela Ouvidoria ou órgãos competentes.

É possível observar, também, o número de solicitações recebidas via internet, telefone, formulário, petição ou atendimento pessoal, assim como, as reclamações de maior incidência e os resíduos do mês anterior.

[Clique aqui](#) para visualizar todo o conteúdo do documento

### **CURSO DE GESTÃO DE REGISTRO E ARQUIVOS CORRENTES**

No período de 19 a 30 de maio, na ESAJ, será ministrado o curso de Gestão de Registro e Arquivos Correntes pelo Diretor da Divisão de Gestão de Documentos (DGCON/DIGED), Gilberto de Souza Cardoso.

Trata-se da primeira experiência de aula curricular a utilizar tecnologia de videoconferência, que permitirá aos servidores do interior e das regionais participarem das aulas sem a necessidade de deslocamento até a Capital.



## A BIBLIOTECA NACIONAL

A Biblioteca Nacional, também chamada Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, é a instituição que preserva o patrimônio bibliográfico e documental do Brasil. Com um acervo estimado atualmente em 9 milhões de itens, é considerada pela Unesco a oitava maior biblioteca nacional do mundo e a maior da América Latina. Sua criação está ligada a um dos mais decisivos momentos da história brasileira: a transferência da Família Real com a Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, na época da invasão de Portugal pelas forças de Napoleão Bonaparte, em 1808.

Criada pelo Decreto de 29 de outubro de 1810, promulgado por D. João, Príncipe Regente, foi inaugurada em 13 de maio de 1811, porém, aberta ao público somente em 1814, instalada no lugar que havia servido de catacumba para os religiosos do Carmo, próximo à atual Rua do Carmo. A sede

na Avenida Rio Branco teve sua pedra fundamental lançada em 15 de agosto de 1905 e foi inaugurada em 29 de outubro de 1910. Projetado pelo General Francisco Marcelino de Sousa Aguiar, o prédio é de estilo eclético, em que se misturam elementos neoclássicos. As instalações

do novo edifício correspondiam, na época de sua inauguração, a todas as exigências técnicas: pisos de vidro nos armazéns, armações e estantes de aço com capacidade para 400.000 volumes, amplos salões e tubos pneumáticos para transporte de livros dos armazéns para os salões de leitura. Uma arquitetura grandiosa que chama a atenção de todos pela beleza e exuberância.



O acervo inicial veio de Portugal com a Família Real, acrescido, depois, de inúmeras coleções particulares e de bibliotecas menores, o que gerou um aumento considerável ao longo dos anos. Com o Depósito Legal, criado pelo Decreto-Lei n. 1.825, de 20 de dezembro de 1907, revogado pela Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004, atualmente em vigor, a Biblioteca Nacional deve receber um exemplar de toda obra publicada no Brasil, sendo o principal instrumento para que a Biblioteca possa

exercer sua função de registro e guarda da produção cultural nacional.

Também destinada à consulta, divulgação e pesquisa do patrimônio documental nacional, a biblioteca está aberta para estudantes de nível superior e pesquisadores. O acesso às Salas de





Leitura é reservado aos maiores de 16 anos e o material de consulta disponível aos leitores está submetido a inúmeras normas devido à preservação. A reprodução do acervo é permitida somente para fins de pesquisa e feita através de microfilme, cópia eletrostática, fotografia e filmagem, sendo vedada a fotocópia.

A Biblioteca Nacional é uma instituição responsável pela salvaguarda da produção cultural nacional, preservando a memória do país. Neste sentido, a Fundação Biblioteca Nacional inaugurou a Biblioteca Digital e a Rede da Memória Virtual Brasileira, projetados para automatizar e disponibilizar os acervos de todas as instituições nacionais que disponham de um patrimônio visual ou textual. A memória digital visa à democratização do acesso à memória cultural, pois, na visão da Fundação Biblioteca Nacional, a cultura nacional é a percepção coletiva e integrada da soberania de pensamento do povo.

[Retorna à página inicial](#)

## Súmulas do TJERJ

### DIVISÃO DE GESTÃO DE ACERVOS JURISPRUDENCIAIS

#### SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

##### NOVO VERBETE

Nº. 140

SERVIÇO TELEFÔNICO  
CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM INVESTIMENTO  
JUÍZO COMPETENTE  
VARAS EMPRESARIAIS

“A competência para apreciar matéria relativa a Contratos de Participação Financeira em Investimento de Serviço Telefônico é dos Juízos das Varas Empresariais, segundo o disposto no artigo 91 do CODJERJ combinado com o artigo 101 do mesmo diploma legal”.

REFERÊNCIA: Uniformização de Jurisprudência nº. 2006.018.00007 Julgamento em 29/10//2007 Relator: Desembargador Salim José Chalub. Votação por maioria.

# Museu da Justiça

## MAGISTRATURA EM PROSA E VERSO

### SÍLVIO ROMERO

Sílvio da Silveira de Vasconcelos Ramos Romero nasceu em Lagarto, no interior de Sergipe, a 21 de abril de 1851. Seus primeiros estudos foram realizados em sua terra natal e, posteriormente, no Rio de Janeiro. Em 1868 mudou-se para a capital pernambucana, matriculando-se na Faculdade de Direito. Ainda universitário, destacou-se como um dos líderes do movimento intelectual denominado "Escola do Recife". Vem dessa época a sua estreita amizade com Tobias Barreto, que se tornaria seu ídolo e ponto de referência de sua atividade intelectual e crítica.

Bacharelando-se em 1873, regressou a Sergipe, onde atuou como promotor público no município de Estância. Elegendo-se deputado provincial, logo renunciou ao mandato e retornou a Recife, atraído pela profissão do magistério. Em 31 de agosto de 1876 foi nomeado juiz municipal e de órfãos da cidade fluminense de Parati, onde exerceu o cargo até 23 de julho de 1879.

Professor, magistrado, jornalista, crítico, filósofo, sociólogo, polemista e historiador da literatura brasileira, a sua vasta produção abrange diversos gêneros, em que se destacam a crítica e história literárias, poesia, filosofia, estudos sociais e políticos, etnografia e folclore. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

Entre seus trabalhos literários destacam-se *Cantos do fim do século* (1878), *Introdução à história da literatura brasileira* (1882), *Cantos populares do Brasil* (1883), *Contos populares do Brasil* (1885), *Estudos de literatura contemporânea* (1885), *Estudos sobre a poesia popular no Brasil* (1888), *Ensaios de sociologia e literatura* (1901) e *Evolução do lirismo brasileiro* (1905). A sua obra mais conhecida é, no entanto, a *História da literatura brasileira* (1888).

Sílvio Romero faleceu em 18 de junho de 1914, na cidade do Rio de Janeiro. Seu nome, dado ao Fórum de Parati, representa motivo de orgulho para o Judiciário fluminense.



Sílvio Romero. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 51, 52- IC- Retrato, *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*, vol. XVI (Soc. Internacional), s/d., p. 7.704.

### A MOÇA

É belo admirar o pensamento  
Que os teus olhos azuis grandes resumem;  
Uma estrela, uma flor, virgens serenas,  
Não têm tantas idéias que as perfumem.

É belo nesses teus cabelos louros  
Pegar os sonhos meigos, que esvoaçam;  
No teu colo colher celestes cismas,  
Que, tocadas por Deus, sobre ele passam!

### A CAMÉLIA

Ensina-me a crescer... É muito grande  
Esse livro que chamam coração;  
Nas páginas lhe pesam cem mistérios,  
Não posso com este céu preso na mão.

Ensina-me a crescer... Dá-me do cálix  
A luz em que Deus pôs a sua cor;  
Vou ver se em minha frente cabe a glória,  
Se dos sonhos brilhantes colho a flor.

[Retorna à página inicial](#)

### JUSTIÇA SOLIDÁRIA

Na luta contra a dengue, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro recebeu a equipe do HEMORIO, em 14 de abril, que coletou aproximadamente 100 bolsas de sangue.

As doações foram realizadas na Sala de Obras Raras, da Biblioteca, e no ônibus de coleta móvel do HEMORIO.

Uma iniciativa louvável, que contou com o apoio da Mútua dos Magistrados, da AMAERJ, do SIND Justiça-RJ, do TJERJ e da Secretaria de Saúde e Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro.



# Museu da Justiça

## MEMÓRIA E JUSTIÇA

### ANTIGO PRÉDIO DA CONAB - SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

No dia 31 de janeiro de 2007, às 11 horas, ocorreu a inauguração do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, instalado no prédio onde funcionaram o Entrepasto Federal de Pesca e, posteriormente, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Situado na Praça Quinze de Novembro, às margens da Baía de Guanabara, o edifício tem em seu entorno monumentos de grande importância artística e histórica, tais como o Paço Imperial, o Arco do Teles, o Tribunal Marítimo, a antiga sede da Alfândega, onde já funcionou o II Tribunal do Júri e que hoje abriga a Casa França-Brasil, e um grande número de igrejas, dentre elas a da Ordem Terceira do Carmo e a de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé, que já foi capela real e imperial, e catedral do Rio de Janeiro até 1977.

A área apresenta uma longa tradição comercial, que remonta ao século XVII, quando pequenos pescadores levavam suas mercadorias para a antiga Praia do Peixe, localizada no início da Rua do Ouvidor, onde eram descarregadas e depois vendidas em barracas de madeira e pano. Esse comércio a céu aberto perdurou até 1842, quando, por iniciativa da Câmara Municipal, foi construído um mercado, projetado por Grandjean de Montigny, para a organização da venda de pescado e outros produtos. O mercado, que ocupava o quarteirão onde hoje se situa a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, foi demolido em 1911.

Projetado pelo engenheiro Humberto Nabuco dos Santos para ser a sede do Entrepasto Federal de Pesca, o histórico edifício que abriga o Centro Administrativo do Tribunal de Justiça foi inaugurado em 3 de outubro de 1941, em plena vigência do Estado Novo, governo com poderes excepcionais, pautado pela intervenção estatal nacionalista na economia e pelo impulso à industrialização, implantado por Getúlio Vargas em 1937. Integra um conjunto de prédios públicos erguidos entre 1934 e 1943, por iniciativa do governo Vargas, em moldes arquitetônicos que



espelhassem a imagem do Brasil como nação desenvolvida e a do Rio de Janeiro como modelo de capital federal moderna.

Esse conjunto, formado também pelos antigos Ministérios do Trabalho, da Marinha, da Guerra, da Fazenda e da Educação e Saúde, e pelos edifícios da Central do Brasil, da nova sede da Alfândega e da Imprensa Nacional hoje ocupado pela Polícia Federal, contrasta admiravelmente com o patrimônio colonial do centro da cidade. Tais prédios, representativos do estilo *art déco*, em voga no Brasil entre as décadas de 30 e 50, apresentam linhas verticais e horizontais contrastadas, simetria marcada com acesso centralizado no plano da fachada e portarias valorizadas pelo revestimento em granito e mármore ou por elementos decorativos em alto-relevo. Na sede do Entrepasto Federal de Pesca, o pórtico de entrada foi ornamentado pelo escultor Armando Schnoor com esculturas em baixo-relevo de cimento nos frisos, retratando a faina da pesca e a luta dos homens do mar. Nessas esculturas figuram, em estilizações, motivos da flora e da fauna, principalmente do Amazonas, assim como costumes e tipos característicos da região.

Posteriormente, o prédio veio a abrigar, durante breve período, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública vinculada ao governo federal, responsável pela gerência das políticas agrícolas e de abastecimento. Fechado por quinze anos, foi alvo de uma tentativa de demolição por parte da prefeitura do Rio de Janeiro. Finalmente, veio a ser tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), juntamente com outras "edificações públicas representativas de uma das vertentes da arquitetura moderna brasileira durante o período do Estado Novo", conforme edital publicado no Diário Oficial de 9 de dezembro de 1998.

Em maio de 2005, o imóvel, cuja área total é de 15 mil m<sup>2</sup>, foi cedido em comodato pelo prefeito César Maia, por um prazo de cinquenta anos, ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que, após as devidas obras de restauração e adaptação, realizadas em nove meses pela empresa Porto Belo, nele instalou o seu Centro Administrativo, contribuindo, assim, para a preservação de mais um importante monumento arquitetônico e histórico da cidade.

No Centro Administrativo, foram instaladas as Diretorias Gerais de Logística (DGLOG), Tecnologia da Informação (DGTEC), Gestão de Pessoas (DGPES), Controle Interno (DGCOI), e Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF).

[Retorna à página inicial](#)

**DIRETORIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL****5º e 12º NUR APOSTAM NA QUALIDADE**

Com a finalidade de promover melhorias contínuas no processo de gestão, o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ) está implementando o Modelo Simplificado de Gestão de Varas Cíveis elaborado pela Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional DGDIN, em projeto piloto nos 5º (Volta Redonda) e 12º (Méier) Núcleos Regionais NUR.

A metodologia, aprovada pelo Corregedor Geral da Justiça e pelo Presidente do TJERJ, foi estruturada com a participação das unidades do PJRJ que passaram pelo processo de certificação da NBR ISO 9001:2000, e estabelece que a gestão é realizada e avaliada mediante a implementação de três níveis, denominados Básico, Planejado e Gerenciado.



Visita à 7ª Vara Cível do Méier

O projeto conta com Facilitadores do SIGA, que são servidores dos NUR responsáveis pela multiplicação progressiva, junto às Varas Cíveis, dos Elementos componentes de cada Nível do Modelo de Gestão.

O trabalho foi iniciado em janeiro e promoveu reuniões para apresentação do Modelo e integração das equipes, com a presença de Juízes, Escrivães/RE e servidores.



Reunião com Escrivães, REs e Equipe do 12º NUR

Os Juízes Dirigentes dos NUR, Dr. José Roberto Portugal Compasso (5º NUR) e Dra. Cristiane Cantisano Martins (12º NUR) apostam no sucesso do Projeto e incentivam o trabalho dos Facilitadores, que consideram o desempenho das equipes das Varas Cíveis e sua adesão ao Modelo um avanço na busca à excelência do atendimento e ao exercício democrático da cidadania.

### O que significa Modelo Simplificado de Gestão?

“O Modelo Simplificado de Gestão tem a finalidade de promover melhorias contínuas no processo de gestão das Varas Cíveis, ou seja, foi criado um modelo apresentando uma metodologia a ser seguida por todos aqueles envolvidos na prestação jurisdicional, com foco nas atividades operacionais desses cartórios.”

**Deise Maria Natividade Freitas - 5º NUR**

“O Modelo Simplificado de Gestão consiste na implementação do SIGA (Sistema Integrado de Gestão) nas Varas Cíveis, pelos facilitadores, de forma gradual, por Níveis de Gestão, que são os seguintes:

Nível 1 – Básico: contempla os elementos primários de gestão que devem estar implementados;

Nível 2 – Planejado: contempla alguns elementos complementares de gestão que conduzem a um estado de planejamento;

Nível 3 – Gerenciado: contempla todos os elementos que conduzem a um estado de gestão estruturado, integrado e sustentado.

Cada Nível de Gestão é composto por elementos que devem ser cuidadosamente implementados e avaliados pelos gestores.”

**Jorge Ricardo de Souza Baptista - 12º NUR**

### Quais são as atribuições do facilitador?



Reunião com Escrivães, REs e Equipe do 5º NUR

“Os facilitadores do 5º NUR, são: Deise Maria Natividade Freitas, Vander Francisco Rodrigues, Regine Costa de Oliveira e Luiz Antonio Lima da Silva, os mesmos têm como atribuições as de apoiar a DGDIN (Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional), junto às Varas Cíveis, em procedimento de Certificação, capacitando, orientando e executando atividades pertinentes ao

desenvolvimento institucional. No presente Modelo Simplificado, os facilitadores apoiarão a implementação e a avaliação progressiva de cada nível.”

**Deise Maria Natividade Freitas - 5º NUR**

“O Facilitador do SIGA possui a atribuição de implementar os Níveis de Gestão nas Varas Cíveis vinculadas ao respectivo NUR, seguindo os passos determinados pela Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional - DGDIN.”

**Jorge Ricardo de Souza Baptista - 12º NUR**



### **Ao implementar o Modelo Simplificado de Gestão, quais são os benefícios obtidos pela vara cível?**

“O estabelecimento de rotinas de trabalho uniformes para todas as serventias proporciona ganhos importantes, porque os cartórios deixam de ser ilhas isoladas e cada um pode se beneficiar das experiências do outro. O sistema fortalece o espírito de equipe e permite um exame melhor da produtividade. O acompanhamento das atividades e o aperfeiçoamento constante podem fazer a diferença. Há a impressão inicial de uma maior burocracia, mas basta que se demonstre que uma determinada conduta é inútil para que sua exclusão possa ser discutida por todos os interessados e levada a efeito.”

**Dr. Roberto Portugal Compasso - Juiz Dirigente do 5º NUR**

“Dentre os benefícios obtidos, temos: a sistematização dos procedimentos adotados nas Varas Cíveis; a uniformidade dos processos de trabalho visando à celeridade; melhoria na qualificação dos funcionários com o conseqüente aperfeiçoamento da qualidade do trabalho.”

**Dra. Cristiane Cantisano Martins  
Juíza Dirigente do 12º NUR**



Dra. Cristiane em reunião com Escrivães e RES do 12º NUR

### **E quais são os benefícios para os jurisdicionados?**

“A motivação da equipe, o esforço para evitar atitudes inúteis, o estabelecimento dos pontos realmente importantes, a verificação constante das desconformidades, o aperfeiçoamento, tudo isso, só tem sentido se proporcionar uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva. Produzir mais, melhor e com os mesmos recursos é a idéia básica. Havendo sucesso, o ganho será do jurisdicionado.”

**Dr. Roberto Portugal Compasso - Juiz Dirigente do 5º NUR**

“A implementação do Modelo Simplificado de Gestão trará melhorias na qualidade do trabalho executado nas Varas Cíveis, resultando numa maior satisfação do usuário e celeridade no atendimento aos jurisdicionados.”

**Dra. Cristiane Cantisano Martins - Juíza Dirigente do 12º NUR**

[Retorna à página inicial](#)

## O SETOR ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE

A história e crescimento do Setor Administrativo do DESAU se confundem com a história do próprio Departamento.

Em 1982, havia somente dois médicos e um auxiliar administrativo no departamento. Não havia psicólogos, assistentes sociais ou odontólogos. A partir de 1983, as licenças médicas dos servidores do Tribunal de Justiça e da



Equipe do Setor Administrativo do DESAU

Secretaria da Corregedoria passaram a ser concedidas pelo DESAU. Anos mais tarde, o Desembargador Gama Malcher, enquanto Presidente do Tribunal de Justiça, estimulou, no 1º Encontro de Gestores, a prática de ações gerenciais que facilitassem a vida do servidor. Nessa ocasião, foi criada a Divisão de Perícias Médicas e os exames admissionais dos novos servidores passaram a ser efetuados no Departamento.

Começava a expansão e crescimento do DESAU e, com isso, ampliou-se o número e desenvolveu-se a qualificação dos servidores da área administrativa. Foi necessária a criação de um banco de dados que registrasse todos os atendimentos e perícias, para futuro tratamento estatístico, que permitisse também avaliação crítica e acompanhamento das ações do Departamento. As "Semanas de Saúde" começaram a acontecer nesse período.

Entre 2001 e 2006, houve crescimento expressivo das ações no Departamento - todos os números estão registrados em banco de dados. Nesse período, houve, simultaneamente, aumento significativo do número de servidores e magistrados no Poder Judiciário como um todo, o que acarretou maior circulação de usuários no Departamento. Com a necessidade de melhor organização dos documentos e prontuários, que hoje ultrapassam o número de quinze mil, inovou-se o modelo de arquivamento e do próprio prontuário.

Atualmente, o Setor Administrativo se divide em quatro áreas de atuação: Recepção, Arquivo, Secretaria e Processamento de Dados. A Recepção atende o usuário que chega ao Departamento para emergência médica, assistência, perícia, tratamento odontológico ou psicológico; em busca de assistência social ou de atendimento na enfermagem.

As recepcionistas registram o atendimento no Sistema do Departamento de Saúde, fonte de dados para os Indicadores de Desempenho do DESAU. São igualmente atribuições das recepcionistas, atender o usuário, desarquivar prontuários e controlar o fluxo de atendimentos dentro do Departamento. Em 2007, foram registrados 19.978 atendimentos. A Recepção é responsável ainda pelo atendimento telefônico, arrumação dos materiais, impressos e papéis para impressora nos consultórios.

O Arquivo é responsável pela organização criteriosa e arquivamento dos prontuários, 13.877; dos ofícios enviados, 558; dos despachos em processos, 5.722; e dos BIMs preenchidos no Departamento, 3.811; de acordo com nossas estatísticas de 2007. Outras responsabilidades são o arquivamento e desarquivamento de todos os documentos que fundamentam as perícias médicas e tramitam pelo Departamento, e a reprodução de cópias xerográficas necessárias.

Os servidores do Processamento de Dados “digitam” e elaboram os indicadores necessários. Segundo dados de 2007, o número de ofícios foi de 279; de despachos em processos, 2.861; de laudos: 133 de Isenção de Imposto de Renda, 173 de Readaptação, 6 de Transformação de Aposentadoria e 8 de Concessão de Insalubridade. Toda a compilação de dados para composição dos indicadores, a confecção de material gráfico e estatístico para apresentações, palestras ou reuniões, a criação de algumas peças de divulgação também são preparados com carinho e criatividade por servidores do Processamento de Dados. O controle dos processos enviados, guias e malotes também ficam por conta desse grupo de trabalho.

A equipe da Secretaria acompanha todos os processos que circulam dentro do DESAU, sendo responsável por sua movimentação no Prot, pela assessoria administrativa ao médico e pelo lançamento de informações em planilhas para futuras estatísticas. A Secretaria é responsável, também, pela comunicação interna (circulação de avisos, memorandos e comunicados telefônicos); pela comunicação externa, organizando o envio de contribuições para a ABATERJ, DGCON e Intranet; pela organização das férias, substituições (nos casos de licença médica) e plantões para festividades no TJERJ; pelo atendimento ao usuário e outros setores, resolvendo dúvidas a respeito dos diversos benefícios ligados à saúde e dando informações sobre andamento de processos. A Secretaria atende, ainda, às solicitações da DGDIN, responsabilizando-se pela implementação das RADs no Departamento. Também a manutenção, limpeza, reparos, mudanças e obras ficam por conta dessa área de atuação.

Atualmente, são 16 servidores atuando em eventos e campanhas, como as “Caminhadas” e “Semanas de Saúde”, fazendo divulgação, acompanhando a montagem e desmontagem de estandes, emitindo os ofícios necessários, providenciando equipamentos e materiais gráficos ou trabalhando na distribuição de brindes.

Tudo isso o pessoal da administração faz com muita garra e extrema dedicação, intercalando tarefas com sorrisos e os “lanches obrigatórios” das sextas-feiras, em que não faltam a amizade e muito bom humor.

**HISTÓRIA & DIREITO – CICLO DE PALESTRAS NA ESAJ**

A Ministra Nilcéa Freire e a Des. Leila Mariano

No dia 11 de abril, a Escola de Administração Judiciária (ESAJ) promoveu a palestra “O Papel da Mulher Brasileira: da Sociedade Colonial até os Nossos Dias”, proferida pela ministra Nilcéa Freire. A palestra fez parte do evento *História & Direito*, criado pela ESAJ neste ano, e que objetiva refletir sobre temas atuais ligados ao campo do Direito a partir de uma visão histórica. A palestra com a ministra Nilcéa Freire foi a segunda deste projeto, que se estenderá por todo o ano de 2008.

Em sua exposição, a ministra Nilcéa Freire resgatou importantes nomes da história social e política brasileira, destacando o importante papel por elas desempenhado. Realçou, ainda, que tais conquistas fazem parte de um processo ainda em curso de estabelecimento de direitos e, sobretudo, da consolidação dos valores da mulher como cidadã.

Vale destacar que o evento, ao fazer uso das novas tecnologias de comunicação, foi transmitido simultaneamente para os demais Núcleos Regionais da Corregedoria de Justiça, integrando diferentes pólos. O uso de videoconferências será mantido nas próximas palestras, viabilizando a difusão do conhecimento de forma igualitária, valorizando todos os servidores e rompendo barreiras geográficas.

A próxima palestra prevista para o evento *História & Direito* será proferida pela professora Keila Grinberg, e terá como tema o “Direito à Liberdade: da Sociedade Colonial até os Nossos Dias”. As inscrições poderão ser feitas pelo telefone 3133-2103.

Retorna à página inicial

**Canal Aberto**

**Envie-nos suas críticas e sugestões.**

Contacte-nos pelo e-mail [revistainteracao@tj.rj.gov.br](mailto:revistainteracao@tj.rj.gov.br) ou pelo telefone 3133-2740.

## TOUR HISTÓRICO NO CENTRO DO RIO

A **Escola de Administração Judiciária**, em parceria com o **Museu da Justiça**, está promovendo palestras seguidas de visita guiada aos arredores da Praça XV.



Visita ao Paço Imperial

*D. João & a Praça – A chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro* é o tema das palestras, que objetivam não-somente apresentar aos participantes os principais marcos históricos e arquitetônicos da cidade à época da chegada da Família Real.

Argemiro Eloy Gurgel, Diretor do DGCON-DEGEM, Jorge Luis Rocha da Silveira, chefe do Serviço de Documentação Histórica do Museu, e Maria Lucia de Almeida Ferreira são os instrutores responsáveis pelas palestras e visitas.

Entre os lugares visitados, encontram-se: o *Chafariz de Mestre Valentim*, o *Arco dos Teles – Travessa do Comércio* e o *Paço Imperial*.

O primeiro *tour* histórico ocorreu no dia 7 de abril e para maio já estão agendadas quatro novas datas, dias 15, 19, 27 e 30. As inscrições podem ser feitas na ESAJ ou pelo ramal 2103.

[Retorna à página inicial](#)

## DEPARTAMENTO DE SAÚDE PROMOVE PALESTRA SOBRE A DENGUE

No dia 10 de abril do corrente, o Departamento de Saúde (DGPES/DESAU) realizou uma palestra sobre a dengue com o intuito de dirimir as dúvidas acerca da doença.



A palestrante foi a médica do DESAU, **Dra. Ivany Iparraguirre**, pediatra com larga experiência em hospitais públicos, que esclareceu que o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, tem hábitos diurnos e voa baixo, daí a necessidade de proteção aos membros inferiores por meio da utilização de meias e calças compridas especialmente por parte das crianças, pois o predomínio de casos de registro da doença é em pessoas com menos de 13 anos.

Todos os presentes puderam participar, se informar e entender: que é possível contrair dengue mais de uma vez; é importante adotar os cuidados necessários, principalmente quanto à hidratação do paciente; e é possível que a doença

seja mais severa naqueles que já a tiveram anteriormente.

Todos os quatro tipos de vírus conhecidos da dengue podem levar a pessoa infectada a evoluir para a forma mais grave da doença, conhecida como hemorrágica, entretanto o vírus tipo três é o mais perigoso.

## DIRETORIA GERAL DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL REALIZA INSTRUÇÃO SOBRE DIREÇÃO DEFENSIVA E DIREÇÃO EVASIVA

Nos dias 24 e 25 de abril, a Diretoria Geral de Segurança Institucional DGSEI realizou treinamento de Direção Defensiva e Direção Evasiva com 40 motoristas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

A iniciativa faz parte de um plano de segurança preventiva, no qual se busca dotar os servidores e magistrados de conhecimentos e habilidades necessários para sua segurança pessoal.



Instrutores e motoristas do TJERJ

O programa de treinamento de direção defensiva e evasiva, que teve seu início em 2007, faz parte desse plano. Inicialmente, a Diretoria Geral de Segurança Institucional contratou um curso privado para treinar dez funcionários seus, os quais passaram a exercer o papel de multiplicadores, permitindo ao TJ treinar um maior número de pessoas, com menor custo.

O treinamento, que conta com uma parte teórica e outra prática, objetiva que o aluno, com a adoção de algumas técnicas e comportamentos, seja capaz de evitar acidentes no trânsito, bem como impedir ou, se necessário, escapar de abordagens criminosas.



Exercício de instrução

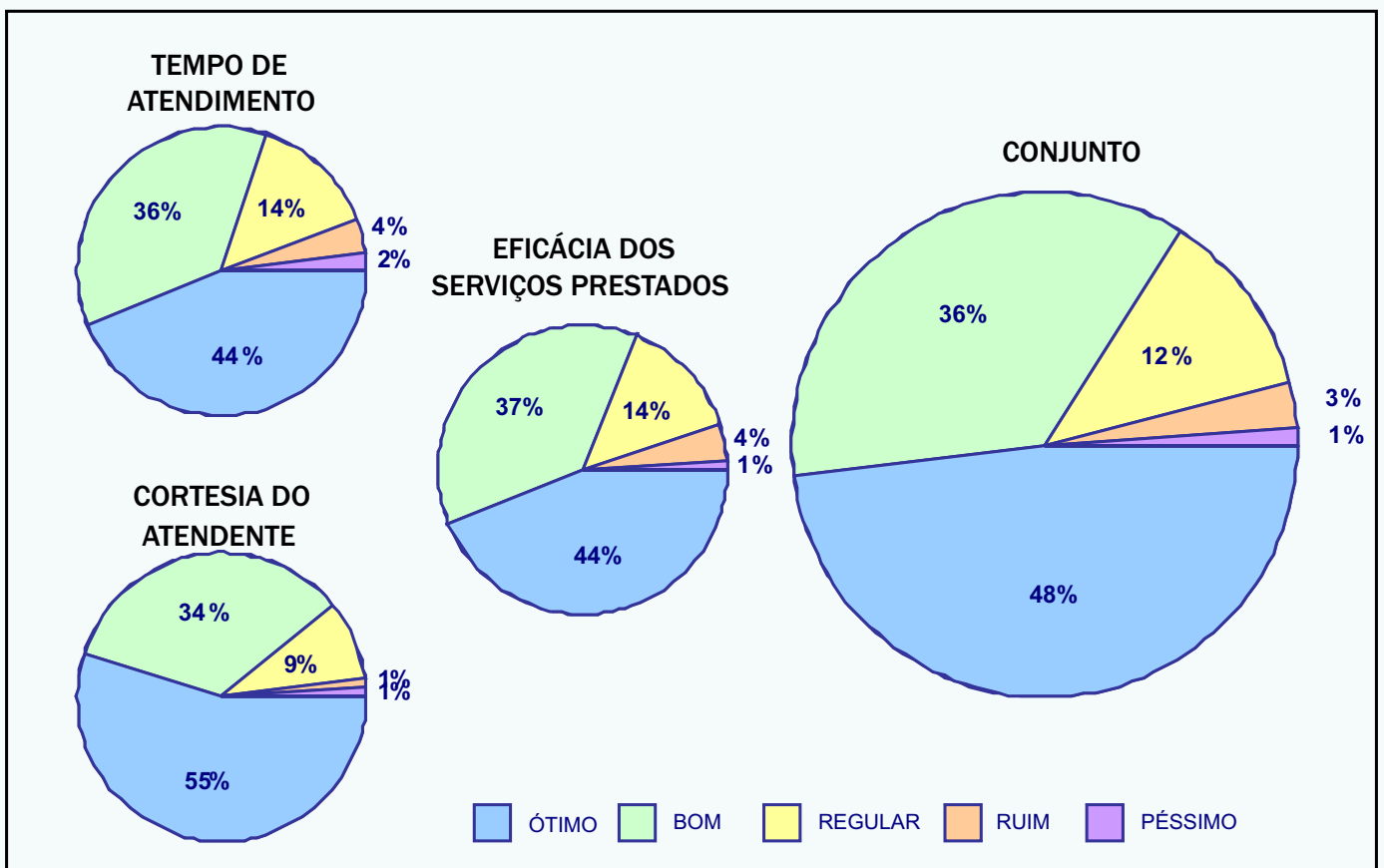
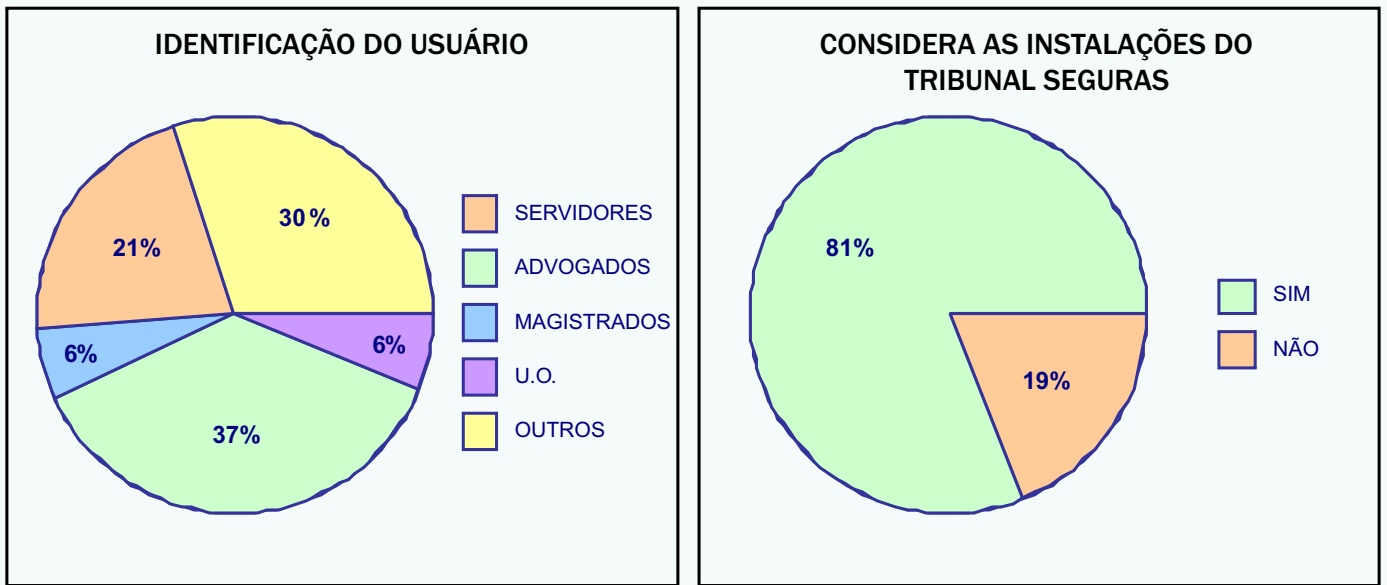
O curso foi realizado no Autódromo de Jacarepaguá, pois o treinamento necessita de infra-estrutura adequada - com área de escape, bombeiros e paramédicos - para garantir a segurança dos participantes.

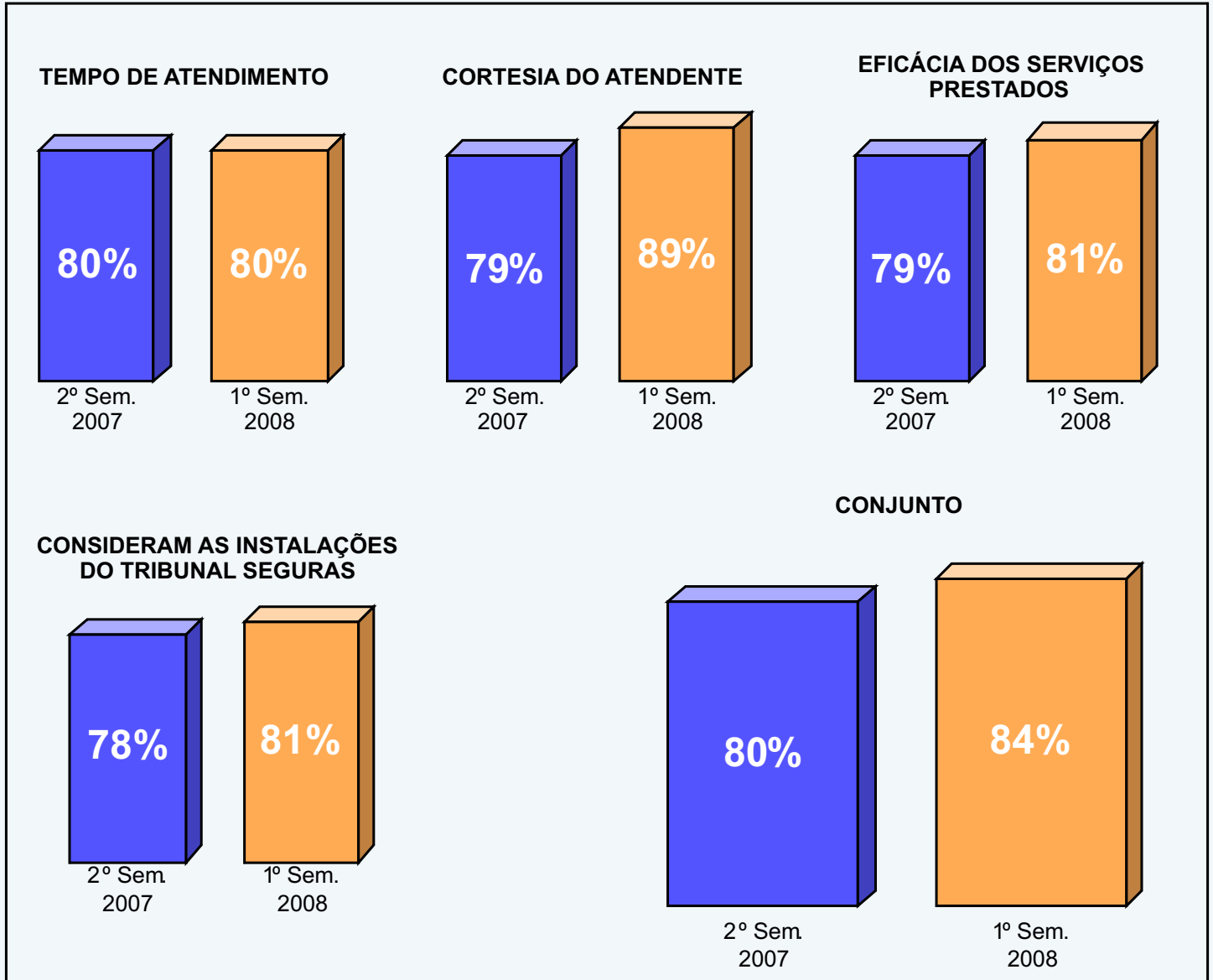
O material didático utilizado no curso foi todo confeccionado pela DGSEI. Também foi realizada uma pesquisa de opinião junto aos alunos, com o intuito de aferir a qualidade do curso na visão dos instruídos.

A DGSEI, com base no êxito dessa primeira turma, já se prepara para o próximo desafio, treinar, até o final de 2008, o número mínimo de 30% do total de motoristas de desembargadores do TJERJ.

## DGSEI RESULTADOS DA 2ª PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO DESEP

Abaixo, os resultados da Pesquisa de Satisfação do Usuário ocorrida entre 10/03 e 08/04/2008. É possível visualizar que no somatório do aspecto "Ótimo" + "Bom", dos 804 usuários entrevistados, 84% (Ótimo + Bom) consideram eficiente o conjunto do serviço prestado pelo Departamento de Segurança Patrimonial.





A equipe do DESEP agradece a participação de todos e ratifica o compromisso com a melhoria contínua da qualidade dos serviços de segurança patrimonial, para que os magistrados e demais servidores possam resolver os conflitos de interesse em tempo adequado à sua natureza.

[Retorna à página inicial](#)



**ACESSE O  
BANCO DO CONHECIMENTO  
DO PJERJ**



## DIRETORIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO IMPLEMENTA NOVA VERSÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO AOS SISTEMAS CORPORATIVOS

É possível que a maioria dos usuários não saiba, mas quando acessam um sistema corporativo e é solicitado o *login* e senha eles estão na verdade acessando um Sistema de Segurança que faz uma série de verificações para que o acesso ao sistema desejado seja concedido. Esse é o Sistema de Controle de Acesso aos Sistemas Corporativos que gerencia a disponibilização dos demais sistemas de informação do TJERJ. Trata-se de um sistema primário, uma vez que antecede aos demais. Sendo assim, é necessário que o usuário esteja adequadamente cadastrado para utilizar cada sistema, cujo acesso é controlado. Isso é feito de forma automática sem que o usuário perceba.



Ivan Lindenberg, Abel Diniz e Paulo Henrique, responsáveis pela criação e implantação da nova versão do Sistema de Controle de Acesso

É esse Sistema de Segurança que verifica se o usuário está cadastrado para acesso, que tipo de informação ele pode acessar, para, só depois, habilitar o sistema que ele deseja.

Recentemente a DGTEC implementou uma nova versão do Sistema de controle de Acesso visando uma maior segurança, pois possibilita amplos e rigorosos filtros de dados garantindo que somente serão concedidos acessos aos usuários cadastrados numa das bases de dados do TJERJ.

O sistema passou a verificar não apenas se o usuário existe numa das bases de dados, como também se os dados estão corretos. Caso seja diagnosticado algum problema o sistema não permite o cadastramento e o usuário não terá acesso aos demais sistemas corporativos. Esse procedimento é feito para qualquer tipo de usuário, sejam eles, magistrados, funcionários, estagiários, terceirizados, conciliadores ou juízes leigos.

O objetivo do desenvolvimento dessa nova versão é proporcionar o contínuo aprimoramento da qualidade da política institucional de segurança da atividade judiciária, ao conceder mais tranquilidade aos usuários que gerenciam ou utilizam os demais sistemas do Tribunal e ao próprio jurisdicionado.

A DGTEC informa que, diante de qualquer problema nos respectivos cadastros, os usuários devem se dirigir ao órgão competente de RH para atualização ou alteração dos mesmos, para que o Sistema de Segurança possa verificar essas informações.

Com a colaboração de todos, a DGTEC poderá melhorar a segurança e a disponibilização do acesso seletivo aos dados e informações de que a Justiça é depositária.